

Elizete de Oliveira Santos

Doutoranda em Geografia na Universidade Federal do Ceará – UFC
elizeoliver7@yahoo.com.br

Segregação ou fragmentação socioespacial? Novos padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas

Resumo

Esse artigo discute mediações teóricas importantes na compreensão dos novos padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas, enfocando o potencial analítico de dois conceitos da Geografia Urbana: segregação socioespacial e fragmentação urbana. As reflexões apoiam-se em revisão de literatura e na análise empírica de uma metrópole em particular (Fortaleza-CE), que apresenta mudanças significativas em sua estrutura espacial. Conclui-se que o processo real que comanda a estruturação das metrópoles latino-americanas é atravessado simultaneamente pela *segregação* (superpondo e misturando os padrões fractal e centro-periferia) e pela *fragmentação espacial* (nas dimensões físico-material, sociopolítico espacial e funcional).

Palavras-chave: metrópole, segregação socioespacial, fragmentação, Fortaleza.

Abstract

SEGREGATION OR FRAGMENTATION SOCIOSPATIAL? NEW STRUCTURING STANDARDS OF LATIN AMERICAN METROPOLISES

This paper discusses important theoretical mediations in understanding the new structuring standards of Latin American metropolises, focusing on the analytical potential of two concepts in Urban Geography: sociospatial segregation and urban fragmentation. The reflections are based on literature review and empirical analysis of a metropolis in particular (Fortaleza-CE), which presents significant changes in their spatial structure. We conclude that the actual process that commands the structuring of Latin American metropolises is crossed by *segregation* (superposing

and mixing fractal and center-periphery standards) and the *spatial fragmentation* (in the physical-material, socio-political spatial and functional dimensions).

Key-words: metropolis, spatial segregation, fragmentation, Fortaleza.

1. Introdução

O conceito de localização enquanto produção social remete à importante discussão teórico-metodológica no âmbito dos estudos urbanos, referente aos conceitos de segregação socioespacial e de fragmentação socioespacial. Face às diferentes interpretações desses conceitos, torna-se fundamental avançar na discussão do potencial analítico de cada um deles para compreensão dos novos padrões de estruturação das metrópoles latinoamericanas.

Para discutir os padrões de estruturação metropolitanos, é necessário destacar a filiação teórica adotada neste trabalho com relação aos conceitos de “cidade” e de “urbano”. Em outros termos, é preciso explicitar a qual *matriz discursiva da Geografia Urbana* este artigo se vincula, conforme a proposição de Rodrigues:

No âmbito da produção da Geografia Urbana compreendemos por *matrizes* o conjunto de falas articuladas em torno do tema *idades e urbano*, denominando-as de *matrizes discursivas da Geografia Urbana*. Matrizes discursivas são constituídas por um sistema de referências, compartilhado por quem fala e por quem ouve. No campo científico também pelos que as aceitam como referência teórica e metodológica para realizar pesquisas sobre a cidade e o urbano (RODRIGUES, 1999, p. 33).

Destarte, este texto é tributário da *matriz discursiva do paradigma interpretativo* (ou crítico), por meio do qual se busca analisar os agentes produtores da cidade, as configurações intra e inter urbanas, as formas de apropriação e produção de desigualdades socioespaciais, os movimentos sociais, os espaços públicos e privados, o simbólico e o real da cidade e do urbano. Esse paradigma constitui um conjunto de análises que caracterizam a denominada Geografia Crítica, que procura compreender a produção e o consumo da e na cidade (RODRIGUES, 1999).

Para melhor compreender a matriz discursiva adotada neste trabalho, é válido fazer uma breve revisão da literatura da Geografia Urbana

brasileira. Reflexões sobre a cidade e o urbano no movimento do pensamento geográfico brasileiro já foram produzidas por vários autores, fugindo ao escopo deste artigo reconstruir detalhadamente a evolução desse pensamento. Nesta Introdução, serão apenas levantados aspectos fundamentais que ajudam a entender a formação do corpus teórico que fundamenta a matriz discursiva do paradigma crítico. Para tanto, recorreu-se especificamente ao texto clássico de Abreu (1994), no qual se faz o diálogo com as escolas nacionais e internacionais de pensamento geográfico e se percorre a evolução do pensamento geográfico brasileiro sobre a cidade e o urbano, demarcando-o em três correntes: Geografia Tradicional, Geografia Quantitativa e Geografia Crítica.

Segundo Abreu (1994), a Geografia Tradicional inicia-se no Brasil com a chegada da escola francesa no início do século XX, tendo como expoentes Pierre Monbeig e Carlos Delgado de Carvalho. Marcadamente a partir de 1930, destacam-se as monografias urbanas, uma espécie de geografia regional aplicada à cidade, tendo por resultado uma síntese urbana, que estudava invariavelmente aspectos como sítio, posição, evolução histórica, fisionomia e estrutura, funções urbanas e raio de ação da cidade. As monografias urbanas privilegiavam o idiográfico, o singular. Nos anos 1940, houve a tentativa de incorporar a discussão teórico-metodológica proposta na Ecologia Humana da Escola de Chicago (que privilegiava o geral, o uniforme), mas não teve grande aceitação, prevalecendo os estudos monográficos até a década de 1960.

A chamada Geografia neopositivista (ou quantitativa) chega ao Brasil com a influência da escola americana em meados de 1960, em um contexto nacional propício para expansão da ideologia tecnocrática, ou seja, o projeto de acumulação capitalista do período militar. Nesse momento, as discussões passavam a pôr foco na aplicabilidade do saber geográfico, que encontrou no “planejamento territorial” a principal resposta utilitarista. Na esteira dessas transformações, os temas da geografia urbana se articulavam fundamentados na Escola de Chicago (com 30 anos de atraso), e em traços da teoria econômica neoclássica e da teoria geral dos sistemas: hinterlândias e redes urbanas, pólos de crescimento, centralidade urbana, fluxos interurbanos e inter-regionais. O objetivo dos trabalhos era a busca de padrões espaciais, a procura pelo geral, em contraposição à geografia

tradicional, que privilegia o singular. Todavia, em que pesem as mudanças identificadas nos estudos urbanos dos dois períodos, Abreu (1994) afirma que não houve efetivamente revolução neo-positivista no Brasil, pois o quantitativismo não foi um movimento teorizador, nem se utilizou do método dedutivo.

Ainda segundo Abreu (1994), a partir de 1970 inicia-se a fase de transição para a geografia renovada ou crítica em duas vertentes: (1) crítica interna da teoria neoclássica feita por Harvey (proposição explicativa neoliberal) e (2) críticas partindo do pensamento marxista francês pós-68 (proposição crítica com base no materialismo histórico e dialético), elaboradas principalmente por Castells e Lojkine. Sob a influência neoliberal desenvolveram-se as matrizes teóricas dos “agentes modeladores do espaço”, dos “dois circuitos da economia urbana” e dos “processos espaciais”, que fundamentaram os temas da Geografia Urbana: metropolização, renda da terra, papel do Estado, expansão urbana, descentralização de atividades terciárias, segregação urbana. Já a influência do materialismo histórico implicou na busca por raízes históricas e determinações sociais. A principal contribuição da vertente crítica foi a rejeição da exterioridade do espaço em relação à sociedade, pois o “espaço é materialidade social; ele não é organizado pela sociedade, como assume o positivismo, mas produzido por ela através do trabalho” (ABREU, 1994, p. 57).

Esse resgate do pensamento geográfico brasileiro sobre a cidade permite ter maior clareza no caminho teórico-metodológico seguido por este trabalho, fundamentando-se na vertente da crítica marxista, a qual lançou as bases da teoria da produção social do espaço, que constitui o cerne da matriz discursiva do paradigma crítico.

Tendo clara a matriz discursiva que fundamenta este trabalho, é importante destacar que o debate conceitual sobre a cidade e o urbano não é tarefa fácil, mas se impõe como necessário, já que o fazer científico é um exercício de rigor e de escolhas, destacando-se as escolhas quanto aos conceitos, que por sua vez remetem às teorias. Lencioni (2008) aceitou o desafio de refletir sobre as questões “o que é a cidade, o que é o urbano? E, o que vem a ser a cidade e o urbano no Brasil? Pode a cidade ser igual a urbano? Se não, o que diferencia os conceitos de cidade e urbano?” (LENCIONI, 2008, p. 110). Nesse sentido, Lencioni (2008) propõe uma aproximação do conceito de cidade, de forma genérica:

Na conceituação de cidade, excluindo-se, portanto, a ideia que nega a incorporação da população voltada às lides do campo, bem como a de tamanho da população, mantém-se as ideias de aglomerado, sedentarismo, mercado e administração pública, que parecem constituir referências importantes na conceituação de cidade (LENCIONI, 2008, p. 116).

Souza (2003) também se propõe a conceituar cidade, com forte grau de abstração, no sentido de que não está se referindo a uma realidade específica espacial e historicamente, mas buscando o que as cidades de vários contextos socioespaciais têm em comum. O autor destaca elementos semelhantes a Lencioni: a cidade é lugar de mercado, é uma localidade central, é predominantemente um espaço de produção não-agrícola e é um centro de gestão do território.

Entre os autores que se dedicaram a refletir sobre a cidade, Lefebvre abriu um fecundo caminho de discussão em várias obras. Para ele, a cidade é uma força produtiva por permitir a reunião dos trabalhadores e das obras, dos conhecimentos e das técnicas, dos meios de produção, intervindo ativamente no crescimento e no desenvolvimento. A cidade se torna, no curso da história, o lugar privilegiado onde se elaboram as relações de produção, onde se manifestam os conflitos entre as relações de produção e as forças produtivas (LEFEBVRE, 1999b, p. 91-92).

Desenvolvendo pesquisas de Geografia Urbana no horizonte aberto pelas obras de Karl Marx e Henri Lefebvre, que Mauricio de Abreu chama de abordagem “marxista-lefevriana”, Carlos (1994, 2007) assenta as bases teórico-metodológicas sobre a concepção de cidade que dão sustentação aos argumentos deste artigo:

A compreensão da cidade na perspectiva da Geografia nos coloca diante de sua dimensão espacial – a cidade analisada enquanto realidade material — a qual, por sua vez, se revela através do conteúdo das relações sociais que lhe dão forma. A produção geográfica aponta claramente o fato de que não há um único modo de se pensar a cidade, indicando que não há um único caminho a ser trilhado pela pesquisa. No Brasil, no plano da pesquisa urbana, várias perspectivas teórico-metodológicas despontam no horizonte; porém, na medida em que os caminhos da pesquisa são múltiplos, nenhuma corrente pode ter a pretensão de ser a “verdadeira”. Por outro lado, o processo de constituição do conhecimento ao longo da história delinea um caminho constante de superações sucessivas e necessárias, colocando em questão a ideia do conhecimento como produtor de verdades absolutas, já que a realidade, ela própria, se reproduz a partir de superações ininterruptas. [...] [Adota-se a concepção de] cidade como construção

humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza. Expressão e significação da vida humana, a cidade a revela ao longo da história, como obra e produto que se efetiva como realidade espacial concreta em um movimento cumulativo, incorporando ações passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana (CARLOS, 2007, p. 20).

Trilhando caminho teórico-metodológico semelhante, Sposito (1997) discute a cidade enquanto materialização, representação/manifestação concreta do processo de urbanização, por conseguinte, da própria história. Para ela, a cidade é uma verdadeira somatória/cominação dos diferentes momentos históricos.

Também com abordagem marxista, Lojkin (1997) entende a cidade como um “valor de uso complexo”, que articula os diferentes valores de uso dos vários elementos da cidade. Esse conceito de cidade é particularmente importante para compreensão da dinâmica de estruturação das localizações, assentada nos processos de segregação socioespacial e especulação imobiliária, que resultam do conflito pela apropriação desse valor de uso complexo visando convertê-lo em valor de troca. Topalov (1979) explica como a cidade constitui-se um valor de uso complexo:

A cidade constitui uma forma de socialização capitalista das forças produtivas. Ela é o resultado da divisão social do trabalho e é uma forma desenvolvida da cooperação entre unidades de produção. Em outros termos, para o capital o valor de uso da cidade reside no fato de que é uma força produtiva, porque concentra as condições gerais da produção capitalista. Essas condições gerais, por sua vez são condições da produção e da circulação do capital, e da produção da força de trabalho. São ainda o resultado do sistema espacial dos processos de produção, de circulação, de consumo; processos que contam com suportes físicos, quer dizer, objetos materiais incorporados ao solo. Este sistema espacial constitui um valor de uso específico, diferenciado do valor de uso de cada uma de suas partes consideradas separadamente; é um valor de uso complexo que nasce do sistema espacial, da articulação no espaço de valores de usos elementares (TOPALOV, 1979, p. 20, tradução nossa).

Quanto ao conceito de *urbano*, Lencioni (2008) adota a perspectiva de Lefebvre de situar o urbano no âmbito da industrialização, mas não considerá-lo como um subproduto dela. Ou seja, esta perspectiva relaciona diretamente o conceito de urbano à sociedade capitalista industrial. Na abordagem de Lefebvre (1999a, 1999b, 2008), o urbano deve ser visto não apenas como centro de produção e acumulação industrial, mas também

como elemento de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos da força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo. Para ele, o urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade.

Uma importante contribuição da abordagem geográfica sobre o conceito de urbano vem sendo desenvolvida por Carlos (1994), para quem:

[...] a discussão do urbano transcende a ideia deste como aglomeração de capitais, meios de produção e população. O espaço, modo de vida da sociedade, é produto de lutas surgidas a partir das relações contraditórias, criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do capital, que tende a criá-lo cada vez mais em função de interesses distantes dos da população. As contradições do processo de produção espacial voltada para a realização da mais-valia, dirigida a uma fração pequena da sociedade, conduz à degradação do meio ambiente e das condições de vida, e concorre para a articulação e organização da população na luta por seus direitos. Assim, no embate entre essas forças do que é bom para o capital e do que é bom para a sociedade, o espaço urbano se (re) produz (CARLOS, 1994, p. 190).

Partilhando desse pensamento, o espaço urbano é aqui entendido como lócus da reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 2008) ou, segundo a concepção de Carlos (1994; 2007), como condição, meio e produto da (re)produção humana com um todo – considerado como meio de consumo – e da (re)produção do capital, como condição geral de produção sob a forma de capital fixo (CARLOS, 1994, p. 98). Esse entendimento é compartilhado por Correa (1991), quando afirma ser o espaço urbano simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condição social, campo simbólico e de lutas. É importante ressaltar que a noção de produção supera – sem ignorar – o plano do econômico, colocando a análise num outro patamar (aquele da sociedade), na medida em que a cidade revela o processo de generalização da troca, da constituição e ampliação do mundo da mercadoria, da concretização da ordem distante no lugar, influenciando na realização da vida enquanto prática socioespacial (CARLOS, 1994, 2007).

Discutindo o urbano no contexto específico do Brasil, Lencioni (2008) mostra que:

De forma sintética podemos dizer que as posições de Maria Conceição Tavares (1972) e João Manoel Cardoso de Melo (1979), de um lado, e, de outro, de José de Souza Martins (1979) nos inspiram a conceituar o urbano no Brasil de forma diferente. Tendo como referência os primeiros, o urbano se constitui no Brasil

a partir dos anos 1930, enquanto que a interpretação de Martins nos conduz a situá-lo a partir de 1870. [...] Assim posto, embora tenhamos cidades no Brasil desde a colônia, a constituição do urbano, a partir das referências examinadas, lhe é posterior. Está se considerando que é imanente ao conceito de urbano, o de industrialização moderna e o de sociedade industrial (2008, p. 120).

Cabe ser ressaltado que outro importante teórico do urbano, Manuel Castells, pautado no marxismo estruturalista, propõe a teoria do consumo coletivo com uma abordagem limitada de urbano, entendendo-o como unidade espacial da reprodução da força de trabalho, reivindicadora de bens e serviços públicos de consumo coletivo. Ou seja, “o espaço da produção sendo o espaço regional e o da reprodução sendo chamado de espaço urbano” (CASTELLS, 1983, p. 540). Para este autor, “uma unidade urbana não é uma unidade em termos de produção. Ao contrário, ela apresenta uma determinada especificidade em termos de residência, em termos de cotidianidade” (CASTELLS, 1983, p. 556).

Diferentemente desse posicionamento de Castells (1983), este texto interpreta o urbano como lócus tanto da produção quanto da reprodução, de um lado, do capital e de outro, da força de trabalho (CARLOS, 1994; 2007). Afinal, como assinala Topalov (1979, p. 39), a urbanização capitalista “é uma forma de socialização das forças produtivas; cria as condições gerais, socializadas, da reprodução ampliada do capital. Essas condições gerais concernem por um lado a produção e circulação do valor, e, por outro, a reprodução do que cria o valor: a força de trabalho”. Todavia, é importante ressaltar que o próprio Castells reviu posteriormente sua posição no posfácio de outra edição do mesmo livro, indicando que ele avançou na “questão urbana”, aproximando-se da proposta teórica adotada neste artigo.

Considerando a fundamentação teórica apresentada, este artigo estrutura-se em três partes, além dessa introdução e das considerações finais: a primeira analisa a relação entre o padrão locacional da habitação e a segregação socioespacial como garantia de acesso desigual e diferenciado ao espaço urbano; a segunda apresenta a revisão de literatura do conceito de segregação socioespacial na Geografia, buscando articulá-lo com a realidade das metrópoles latino-americanas, com foco em Fortaleza; e a terceira discute o conceito de fragmentação socioespacial como nova forma de divisão do espaço urbano, que caracteriza o novo padrão de estruturação das metrópoles latino-americanas.

2. Estrutura locacional da habitação e a segregação socioespacial como mecanismo de apropriação desigual do espaço urbano

A estruturação dos espaços metropolitanos resulta do amálgama da produção social das localizações de habitações, indústrias, serviços, centros comerciais, sistema viário etc., ou seja, da *produção social do espaço urbano*. A localização da habitação apresenta-se como elemento essencial, pois as demais localizações atrelam-se a ela e, além do mais, o uso para moradia representa aproximadamente 80% dos usos da cidade (FARRET, 1985). Assim, os estudos sobre a habitação no espaço urbano geralmente remetem à discussão da estrutura urbana. Farret (1985) assinala que a estruturação do espaço residencial intraurbano tem sido explicada predominantemente através de três escolas de pensamento: a ecológica, a econômica neoclássica e a econômica política, diferindo uma da outra de acordo com as teorias sociais que lhes dão suporte. Essas três escolas se reportam, basicamente, a dois paradigmas: o do equilíbrio e o do conflito. Segundo o autor, “enquanto o paradigma do equilíbrio vê a estruturação do espaço residencial como uma questão de eficácia e competência individual, o do conflito, por outro lado, a vê como uma questão de poder” (FARRET, 1985, p. 75). Este artigo fundamenta-se teórica e metodologicamente no paradigma do conflito, referenciado no método dialético.

O estudo das dinâmicas espaciais da produção de moradia articula-se à reflexão sobre os eixos de expansão metropolitana – os vetores de metropolização habitacional, industrial, turístico, de centralidades terciárias, entre outros –, conduzindo à discussão da segregação socioespacial, resultante dos embates entre a produção social da cidade e sua apropriação privada. A realidade estudada na metrópole Fortaleza¹ permitiu entender a segregação residencial como importante elemento estruturador do espaço intra-urbano (VILLACA, 2001), articulando-se à especulação fundiária/imobiliária (CAMPOS FILHO, 1989) na produção de um espaço cuja lógica fundante é a articulação dialética da tríade lefebvriana “homogeneização/fragmentação/hierarquização”².

Analisando a dinâmica socioespacial da metrópole Fortaleza da atualidade, marcada pela acentuada macrocefalia, é difícil imaginar que, até o final do século XVIII, ela era apenas uma pequena vila sem nenhuma

expressão econômica, tendo apenas o papel de capital administrativa do Ceará. A hierarquia urbana cearense era relativamente melhor distribuída, destacando-se cidades como Aracati, Icó, Sobral (com função comercial, administrativa e de serviços), Crato (com função agrícola, administrativa e industrial), Camocim, Acaraú (com função comercial e industrial) e Quixeramobim (com função comercial e de serviços). Isso está ligado ao fato de que a formação do território cearense apresentou peculiaridades no contexto do Nordeste brasileiro, não se desenvolvendo a partir da lógica de estruturação do espaço denominada de rede dendrítica, fundada na cidade primaz litorânea (DANTAS, 2009). Diferentemente, a ocupação do território cearense se deu do sertão para o litoral, seguindo o curso dos rios.

Conforme Dantas (2009), o quadro de isolamento da capital litorânea só seria alterado em meados do século XIX, em face de um conjunto de mudanças de ordem político-administrativa – independência jurisdicional do Ceará em relação a Pernambuco e a abertura dos portos às nações amigas – e tecnológica – implantação de ferrovias e de navios a vapor, que impunham vantagens na utilização do porto de Fortaleza para drenagem de mercadorias. É importante ainda lembrar a conjuntura internacional favorável em relação à exportação de algodão cearense diretamente para a Inglaterra em virtude da Guerra de Secessão americana. O processo de captura do poder político e econômico do território cearense pela capital Fortaleza, que redundou na fraca rede urbana, foi sintetizado por Souza (2009):

[...] transformações de ordem econômico-social e do sistema de transportes - as ferrovias no final do século passado e durante toda a primeira metade deste século, e as rodovias sobretudo a partir de 1950 - explicam a evolução de Fortaleza. As vias de comunicação vieram facilitar os contatos entre as regiões favorecendo, além das atividades comerciais, um intenso processo migratório para a capital. Este processo migratório, diretamente ligado aos problemas da economia rural do Estado, foi intensificado a partir de 1930, em parte por influência das sucessivas secas (1932, 1952, 1958 e 1970) (SOUZA, 2009, p. 69).

Essas transformações contribuíram para o processo de metropolização em Fortaleza a partir de meados da década de 1970. A oficialização de Fortaleza enquanto Região Metropolitana foi do tipo compulsório, ou seja, instituída por força legal (Lei Complementar Nº 14/73). É importante lembrar o contexto nacional que levou à criação das Regiões Metropolitanas

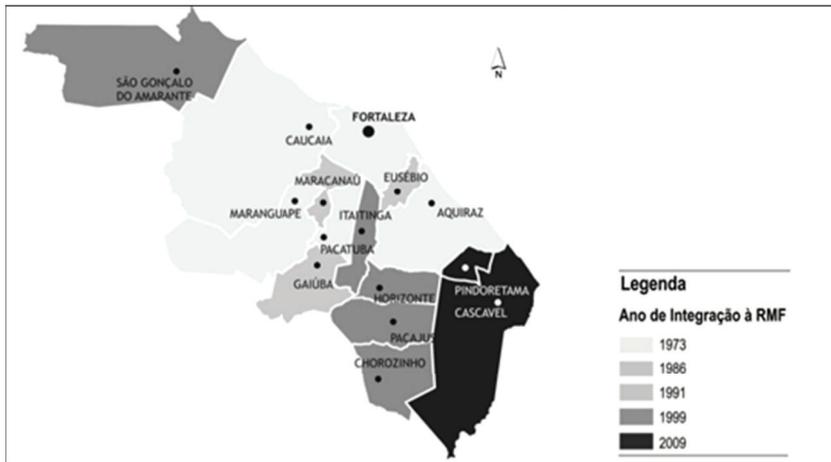
de Fortaleza, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba e Belém em 1973 e do Rio de Janeiro em 1974. A criação das Regiões Metropolitanas foi uma iniciativa federal de consolidação de um eixo da geopolítica de integração e modernização do território nacional, com base na industrialização.

Criada de forma compulsória no bojo da centralização política que caracterizou a Ditadura Militar, a RMF foi composta inicialmente pelos municípios Fortaleza, Aquiraz, Maranguape, Pacatuba e Caucaia. No início da década de 1970, ainda não existiam indícios de complementaridade nas funções dos municípios da RMF, nem continuidade da mancha urbana ou fluxos de movimentos pendulares significativos, ou seja, a metropolização ainda não havia se manifestado (SILVA, 2009). Somente na década de 1980, iniciou-se a conurbação no vetor sudoeste de expansão metropolitana, com os municípios de Caucaia e Maracanaú, que até hoje são os mais integrados à metrópole. A configuração territorial da RMF apresentou muitas transformações nos últimos 40 anos, ampliando-se em função de desmembramentos pela emancipação de distritos (Eusébio, Guaiúba, Itaitinga e Maracanaú) e de agregação de outros municípios, reunindo 15 municípios com temporalidades e espacialidades diferenciadas (figura 1).

A realidade socioespacial da RMF confirma o descompasso entre os recortes institucionais das regiões metropolitanas e a efetiva configuração do recorte de sua aglomeração, como aponta estudo do Observatório das Metrôpoles (RIBEIRO, 2012). Poucos municípios são efetivamente integrados à metrópole, de modo que a porção intra-urbana da RMF é muito compacta, formada pelos municípios contíguos à metrópole (Fortaleza, Maracanaú, Caucaia, Horizonte, Pacajus e Eusébio), como indica a leitura da figura 2.

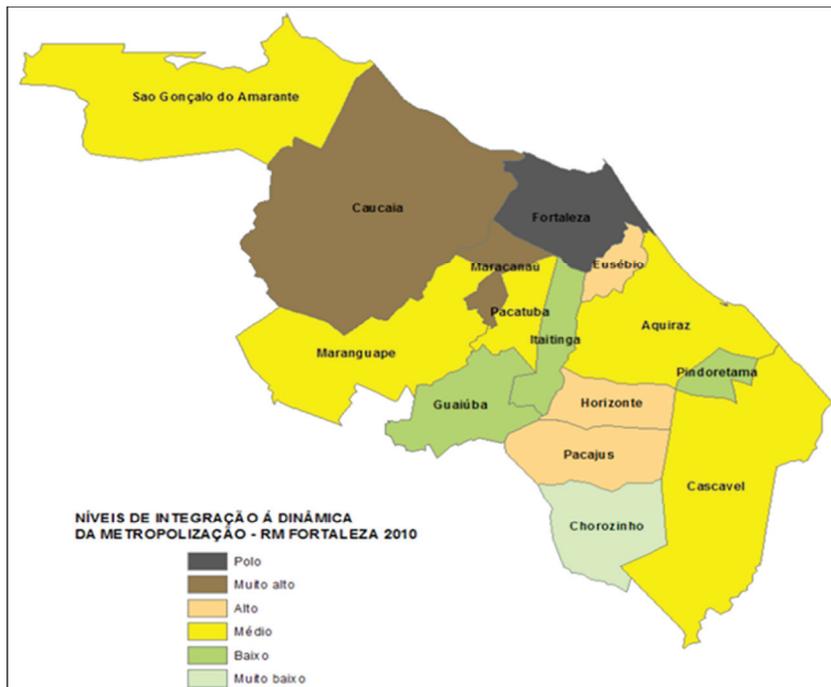
Traçado um quadro geral da constituição da RMF, revela-se que o processo de segregação socioespacial constitui elemento fundante da estruturação da RMF. A segregação socioespacial, nas palavras de Villaça (2001), conforma determinada geografia, produzida pela classe dominante, e por meio da qual essa classe exerce sua dominação, visando à apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço urbano. Carlos (2007, p. 111) complementa a ideia afirmando que o ato de morar revela o modo como o processo de segregação se realiza espacialmente, iluminando uma

Figura 1
EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS DA RMF



Fonte: RUFINO, 2012.

Figura 2
NÍVEL DE INTEGRAÇÃO METROPOLITANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (2010)



Fonte: RIBEIRO (2012) a partir dos dados do Censo IBGE 2010.

prática que justapõe morfologia social e morfologia espacial. Nesse sentido, a segregação socioespacial é produto do embate entre a produção social da cidade e sua apropriação privada mediada pela propriedade privada da terra (RODRIGUES, 1988).

Villaça (2001) sustenta que a estruturação das metrópoles brasileiras – e mesmo das latino-americanas – é fundada no processo de segregação socioespacial das classes de alta renda, por meio do qual as elites garantem seu acesso ao valor de uso complexo da cidade (RIBEIRO, 1997; LOJKINE, 1997; TOPALOV, 1979). Villaça (2001) defende que, na estrutura das metrópoles brasileiras, as elites concentram-se em um setor da cidade, para o qual buscam atrair investimentos públicos e privados, sendo a acessibilidade um produto social. Ou seja, “as burguesias segregadas controlam a produção do espaço urbano dominando equipamentos centrais e não-centrais atraindo-os para sua direção de deslocamento” (VILLACA, 2001, p. 313). Na formação de um espaço urbano segregado, o Estado possui papel fundamental, pois “nenhum mercado ‘privado’ poderia funcionar se o Estado não sancionasse as cláusulas contratuais e administrasse os remédios para a sua quebra, estando, pois, no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado a permissão ou a proibição da segregação” (BOTELHO, 2007, p. 36).

Em muitas metrópoles, como em Fortaleza, a segregação vem ganhando novos contornos, pois muitas vezes o mesmo espaço abriga segmentos sociais muito diversos. Mas isso não implica que haja menos segregação; pelo contrário, ela geralmente se exacerba pela fragmentação social e pelas disparidades socioespaciais, pois embora a distância física entre imóveis luxuosos e ocupações/favelas esteja cada vez menor, a distância social se aprofunda com os muros (materiais e imateriais). Assim, considerando a escala da aglomeração metropolitana, facilmente se identifica o setor leste/sudeste como o atual eixo de segregação residencial das camadas de alta renda da metrópole, mas considerando a escala do setor ou do bairro, as disparidades socioespaciais revelam-se gritantes.

Entende-se que o valor de uso da habitação é determinado em grande medida por sua articulação com o sistema espacial de objetos que compõem o valor de uso complexo da cidade. Esse valor de uso é convertido em valor de troca no preço da moradia, que tende a se fixar como preço de monopólio, ou seja, preço não regulado por um preço geral de produção.

Nesse sentido, ao estudar os processos de produção e consumo da habitação na metrópole Fortaleza, busca-se compreender não a habitação em si, mas as articulações da moradia com a estruturação e a produção espacial dos novos padrões metropolitanos.

Desse modo, defende-se a tese de que os padrões de estruturação da metrópole Fortaleza tiveram (e têm) na habitação um importante elemento enquanto vetor de metropolização desde a década de 1970, com a lógica de periferização dos grandes conjuntos habitacionais construídos pelo BHN, associando-se ao vetor oeste/sudoeste de industrialização. O circuito imobiliário formal também induziu a metropolização, associando-se tanto ao vetor turístico nos espaços litorâneos valorizados de Caucaia (vetor oeste) e Aquiraz (vetor leste/sudeste), quanto ao vetor de centralidades comerciais e de serviços que se delinearão na RMF em corredores viários importantes (nos vetores sudoeste, oeste, sul e leste/sudeste da RMF). E, finalmente, a produção informal da moradia pela autoconstrução em favelas ou em loteamentos populares guarda intrínseca relação com a formação do mercado de terras da capital a partir de 1930, restringindo o acesso à terra urbana e induzindo a ocupação de terras não urbanizadas que ultrapassaram os limites da capital desde a década de 1980 (SANTOS, 2012).

3. Segregação socioespacial: do resgate ao debate

Segundo Marcuse (2004), a segregação implica em divisão, que pode ser cultural, funcional ou por diferença no status hierárquico: (1) *Divisão Cultural* – realiza-se através da língua, da religião, das características étnicas, estilo arquitetônico, por país ou nacionalidade; (2) *Divisão Funcional* – é resultado da lógica econômica, resultando na divisão entre bairros residenciais e comerciais, áreas rurais e indústrias. Ela pressupõe a divisão do espaço pela função exercida para cada atividade; (3) *Divisão por Diferença no Status Hierárquico* – reflete e reproduz as relações de poder na cidade. Pode ser representada, por exemplo, por um enclave (condomínio fechado) ou pela distribuição dos serviços públicos pelo Estado.

Este artigo enfoca o terceiro tipo de segregação, que remete às relações de poder entre diferentes classes (ou frações de classes) sociais.

Esse padrão de segregação é chamado de segregação residencial socio-econômica, diferenciando-se de outros padrões de segregação (racial, étnica, religiosa etc.). Na realidade latino-americana, é consenso entre os pesquisadores que o padrão característico de estruturação das grandes cidades é o da segregação socioeconômica (SABATINI; SIERRALTA, 2006; VIGNOLI, 2001; VILLACA, 2001).

Segundo Correa (1991), o primeiro modelo de segregação foi proposto pelo geógrafo alemão Kohl em 1841, segundo o qual a cidade estava dividida em anéis concêntricos, sendo que a elite habitava no centro e os pobres na periferia. Posteriormente, o estudo do processo de segregação ganhou destaque na Escola de Chicago, sendo elemento central na explicação do modelo de estruturação das cidades proposto por Burgess no início do século XX. O modelo concêntrico de Burgess propunha que os pobres moravam no centro deteriorado em busca de minimizar as distancias do trabalho, enquanto as elites habitavam as periferias (subúrbios) em busca de qualidade de vida e segurança. Nesses modelos, tributários do Darwinismo social, a segregação era naturalizada, entendida como resultado de um processo de “seleção natural” em que os mais fortes (ricos) expulsavam os mais fracos (pobres). Em outros termos, o grande equívoco desses modelos é a naturalização de processos e relações sociais.

Esses dois modelos foram muito criticados e Hoyt propôs uma alternativa: o modelo setorial, segundo o qual a segregação seguia o padrão de setores a partir do centro, sendo o setor de amenidades ocupado pela classe de alta renda, circundado pela classe média, enquanto a classe pobre localizava-se diametralmente oposta. O modelo setorial de Hoyt foi fundamental para o desenvolvimento do pensamento de Villaça (2001) acerca do eixo de segregação residencial das camadas de alta renda nas metrópoles brasileiras. De acordo com Villaça (2001), o modelo setorial de segregação garante o controle do espaço pelas classes dominantes, pois facilita a concentração espacial de investimentos públicos e privados que as beneficiem. Segundo o autor, o controle da produção e consumo do espaço urbano exercido pela classe dominante se dá através do controle de três esferas:

1. Na esfera econômica destaca-se o controle do mercado imobiliário que produz os bairros da classe dominante no local onde elas desejam.
2. Na esfera política, ocorre o controle do Estado, que, no tocante ao espaço urbano se manifesta de três maneiras a saber:

- Controle da localização da infraestrutura urbana.
- Controle da localização dos aparelhos do Estado.
- Controle da legislação de uso e ocupação do solo.

3. Finalmente a classe dominante desenvolve toda uma ideologia a respeito do espaço urbano. Essa ideologia - como toda ideologia - visa auxiliar a dominação e torná-la aceitável pelos dominados (VILLAÇA, 1997, p. 8)

Nesse sentido, a segregação é entendida como processo necessário para a apropriação diferenciada do valor de uso “espaço” (VILLACA, 1997). O controle da produção e do consumo do espaço urbano por meio da segregação é um caso de efeito do espaço sobre o social. “Note-se entretanto que isso não significa reificar esse espaço, pois ele próprio é produto social. Na verdade só o social pode condicionar o social. Mostra entretanto o espaço, enquanto um produto social, condicionando o social” (VILLACA, 1997, p. 11).

A partir de 1970, a segregação passou a ser estudada numa perspectiva marxista, pondo o assento nas causas desse processo e não apenas em suas consequências. A segregação é analisada à luz das relações de classes sociais, do modo de produção e da produção social do espaço.

Na vertente marxista, Castells (1983) analisa o processo de segregação socioespacial como reflexo da distribuição espacial das diversas classes sociais, de acordo com o nível social dos indivíduos, a partir de determinações políticas, econômicas e ideológicas. Para o autor, a segregação é “a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (CASTELLS, 1983, p. 210).

Harvey (1980) explica que a segregação enquanto diferenciação residencial garante o acesso diferenciado a recursos escassos necessários para se adquirir oportunidades de ascensão social. Para o autor, a localização da moradia é fundamental para a composição da renda real, que aprofunda a diferença na renda monetária entre as classes sociais.

Lojkin (1997, p. 166) entende a segregação como manifestação da renda fundiária urbana, produzida pelos mecanismos de formação dos preços do solo, esses, por sua vez, determinados pela nova divisão social e espacial do trabalho. Tal definição contribui para a reflexão sobre a relação

dialética entre a segregação e o preço do solo urbano, pois, ao mesmo tempo em que esse segrega, a segregação faz com que o preço do solo se diferencie no espaço.

Carlos (2007) define a segregação como a negação do urbano e da vida urbana, que se apoia na existência da propriedade privada do solo urbano, diferenciando o acesso do cidadão à moradia e fragmentando os elementos da prática socioespacial urbana.

Nos estudos latino-americanos sobre a segregação, destacam-se os trabalhos de Yujnovsky (apud CORREA, 1991), Sabatini e Sierralta (2006), Vignoli (2001), Luco e Vignoli (2003), Sabatini, Carceres e Cerda (2004).

Segundo Yujnovsky, a cidade latino-americana teve três períodos com diferentes padrões de segregação. O primeiro ocorreu entre o século XVI e 1850, aproximadamente, caracterizando-se pela centralidade da moradia das classes altas no período colonial. Nesse período, o padrão de segregação era semelhante ao proposto por Kohl. O segundo foi de 1850 a 1930, quando há importantes mudanças nos sistemas de transportes, com o aparecimento de bondes e trens, que permitiu às classes altas afastarem-se do centro. O terceiro período inicia-se aproximadamente em 1930, quando o processo de urbanização se acelera em função dos fortes fluxos migratórios campo-cidade. Nesse período, as classes altas buscam áreas com amenidades, em espaços com boa acessibilidade ao centro, enquanto os trabalhadores expropriados do campo constituem vastos loteamentos populares ou favelas como forma de acesso à terra e à moradia. O trinômio loteamento popular/casa própria/autoconstrução caracterizou a formação de extensas periferias no processo de formação das metrópoles brasileiras e latino-americanas.

Esse padrão centro-periferia de segregação marcou a constituição das metrópoles brasileiras nas décadas de 1960 a 1980 e ainda predomina em muitas metrópoles. Todavia, a partir da década de 1990 e mais fortemente na década de 2000, um novo padrão começou a se destacar na realidade nacional: o padrão fractal, marcado pela proximidade física e distanciamento social. Um dos principais elementos desse novo padrão de segregação são os condomínios fechados, áreas residenciais auto-segregadas, separadas do entorno através de muros e aparatos de segurança. Uma importante referência no estudo dessa transformação no padrão de segregação no Brasil foi o trabalho de Caldeira (2000) sobre os enclaves fortificados.

Caldeira (2000) destaca três padrões de segregação na cidade de São Paulo. O primeiro se estende de fins do século XIX até 1940, sendo caracterizado pela cidade concentrada em torno de seu núcleo central, com maior proximidade entre ricos e pobres, apesar de já existir segregação explicitada pelos padrões construtivos das moradias. O segundo, de 1940 a 1980, assinala um novo padrão de segregação baseado no aumento das distâncias físicas e sociais entre as classes, com maior dispersão entre si, por meio do qual os mais pobres cada vez mais são “expulsos” para a periferia subequipada. Este modelo centro-periferia materializou-se na estrutura radial-concêntrica de expansão de São Paulo. O período após 1980 caracteriza-se pela maior proximidade espacial entre as classes sociais, com a maior dispersão da classe alta pela periferia e da difusão da classe pobre pelas áreas mais nobres da cidade, principalmente com a criação de favelas. É neste contexto que se acentua a auto-segregação da classe de renda mais alta nos “enclaves fortificados”, delineando um padrão fractal de segregação.

Entende-se que a metrópole Fortaleza, guardando as especificidades, também apresentou três padrões de segregação. Até 1930, as elites concentravam-se no centro da cidade, próximas aos pobres em função da precariedade do sistema de transportes, embora já houvesse segregação explicitada no tipo construtivo das casas. Entre 1930 – quando se inicia a formação do mercado de terras da capital, com a criação do primeiro cartório de registro de imóveis e a aprovação do primeiro loteamento formal (SANTOS, 2012) – e 1990, as elites delinearão o eixo leste/sudeste de segregação residencial das camadas de alta renda (VILLACA, 2001), apropriando-se do Estado para concentrar investimentos nessa área da cidade. Ao mesmo tempo, o eixo oeste/sudoeste caracterizou-se pela formação de extensas periferias marcadas pela construção de loteamentos populares e conjuntos habitacionais construídos no contexto de atuação do binômio SFH/BNH (décadas de 1970 e 1980). O modelo centro-periferia dava conta dessa realidade. Já a partir de 1990, ao modelo centro-periferia superpõe-se o modelo fractal (difuso) nas áreas de expansão do circuito imobiliário formal, especialmente no eixo sudeste de valorização imobiliária da metrópole (SANTOS, 2011).

O modelo fractal de segregação relaciona-se com o processo de redução da escala geográfica da segregação, proposto por estudiosos da evo-

lução do padrão de segregação nas cidades latino-americanas (SABATINI; SIERRALTA, 2006; VIGNOLI, 2001). Segundo esses autores, há uma mudança no padrão de segregação da escala metropolitana para a microescala (intra-urbana), embora a segregação em grande escala (metropolitana) não deixe de existir.

Sabatini, Carceres e Cerda (2004) defendem que, ao longo do século XX, o padrão de segregação latino-americano caracterizou-se por ser de grande escala, havendo a concentração das famílias de alta renda em uma área de crescimento em forma de cone, mantendo-se unidas ao centro – ideia também defendida por Villaça (2001). Todavia, os autores entendem que houve uma importante mudança com as reformas econômicas dos anos 1980: a dispersão espacial das elites dos cones de alta renda para o resto da periferia, inclusive para a periferia popular, em uma espécie de *gentrification* ampliada (SABATINI; SIERRALTA, 2006, p. 178). Essa mudança esteve fortemente atrelada à expansão do circuito imobiliário formal, pois “a construção de condomínios fechados para classes médias e altas fora das áreas tradicionais de concentração dessas classes é talvez a mais notória e extensa alteração na estrutura interna de cidades chilenas e latino-americanas” (SABATINI; CARCERES; CERDA, 2004, p. 69). Os autores sustentam que a redução na escala da segregação atrelada à expansão do circuito imobiliário formal beneficia os pobres em termos objetivos (empregos, serviços, equipamentos urbanos) e subjetivos (sentimento de pertencer a lugar que está prosperando). Todavia, a realidade de Fortaleza mostra que a chegada de condomínios fechados em áreas pobres pode desencadear o processo de “expulsão branca”, ou seja, a saída dos antigos moradores em virtude da valorização imobiliária, que tem fortes rebatimentos no custo de vida na área, associada às pressões e conflitos sociais. Dessa forma, a redução da escala da segregação pode acirrar conflitos socioterritoriais, como tem acontecido no eixo sudeste da metrópole Fortaleza.

O modelo fractal relaciona-se à auto-segregação das camadas de alta renda, que substitui as distâncias físicas do modelo centro-periferia pelos aparatos de segurança que garantem o distanciamento sociocultural. Todavia, não se pode esquecer que a segregação de uns implica na segregação de outros, sendo um processo dialético. Assim, discorda-se de Marcuse (2004) quanto à existência de segregações aceitáveis (enclaves,

auto-segregação) e segregações inaceitáveis (guetos, segregação involuntária), como se fossem processos distintos. Reforça-se a tese de Villaça (2001), segundo a qual a segregação por classes (socioeconômicas) envolve disputa por localizações, implicando em conflito e coerção.

Na esteira da compreensão desse processo na realidade latino-americana, é interessante destacar o conceito de segregação proposto por Sabatini e Sierralta:

A segregação social do espaço urbano, ou segregação residencial, apresenta, a nosso ver, três dimensões principais: a) a tendência de certos grupos sociais em concentrar-se em algumas áreas da cidade; b) a conformação das áreas com alto grau de homogeneidade social; e c) a percepção subjetiva que se forma sobre o que é segregação "objetiva" (as duas primeiras dimensões), tanto para os que pertencem a bairros ou grupos segregados, como para os que estão fora deles. [...] Enquanto a primeira trata o grau da concentração ou a dispersão de cada grupo na cidade, a segunda examina cada área, em termos da homogeneidade ou heterogeneidade social que a caracteriza. A primeira analisa grupos sociais em termos de sua posição espacial, e a segunda, as áreas da cidade com relação a sua composição social (SABATINI; SIERRALTA, 2006, p.171).

Para os autores, a primeira dimensão refere-se ao cone de concentração das elites (o eixo de segregação residencial de Villaça), no qual há heterogeneidade de grupos sociais. A segunda dimensão refere-se às periferias pobres, que se caracterizam por alta homogeneidade social. Em outros termos, o grupo social das elites tem alto grau de segregação, mas a sua área de concentração é bastante diversificada (a área tem baixa segregação), enquanto o grupo social dos pobres encontra-se disperso em toda a cidade (mesmo na área de concentração das elites), mas sua área de concentração é homogênea (a área tem alta segregação). Na metrópole Fortaleza, a primeira dimensão pode ser identificada no vetor sudeste de expansão imobiliária, no qual há forte concentração das camadas de alta renda, embora esse espaço seja dividido com grupos sociais pobres em favelas e conjuntos habitacionais que resistem na área. Já a segunda dimensão é identificada no vetor oeste/sudoeste de expansão da metrópole, associado à formação de loteamentos periféricos e grandes conjuntos habitacionais nas décadas de 1970 e 1980, bem como à favelização das áreas livres dos loteamentos e conjuntos que não foram infraestruturadas como deveriam ter sido, permanecendo como vazios, que acabaram sendo ocupados por favelas.

A questão da metodologia de medição quantitativa da segregação residencial foi detalhadamente estudada por Vignoli (2001), Luco e Vignoli (2003) e Sabatini e Sierralta (2006), destacando vários procedimentos de medição: Índice de Dissimilaridade de Duncan, Índice de White, Índice de Exposição, Coeficiente de Correlação Intraclasse, Análise de Variância, Índice de Segregação Residencial, etc. A análise de cada procedimento metodológico de medição da segregação foge aos objetivos deste texto, mas é importante ressaltar que os problemas metodológicos de cada um deles relacionam-se à questão da escala geográfica (nível de agregação dos dados), à delimitação dos recortes (unidades espaciais de análise) e à escolha dos critérios de diferenciação dos grupos sociais.

Nesse sentido, é importante retomar a crítica de Prêteceille (2004) acerca da convergência metodológica e de escala nos estudos sobre segregação em diferentes realidades nacionais. Segundo o autor, não há possibilidade de homogeneização de métodos e recortes espaciais nos estudos de cidades com especificidades relativas ao tipo de segregação, às políticas públicas que tentam resolver o problema e ao processo de produção do espaço urbano. Assim, a convergência de olhares dos pesquisadores não significa convergência dos processos sociais reais.

Considerando a literatura pesquisada, entende-se que a realidade da metrópole Fortaleza pode ser compreendida a partir do conceito de Villaça (1997, 2001), pois o setor sudeste constitui um eixo de concentração das elites, sendo esse padrão de segregação imprescindível para o controle da produção e do consumo do espaço urbano. A segregação é aqui entendida como mecanismo de apropriação desigual do espaço, que se dá na escala metropolitana, permanecendo o modelo centro-periferia com muita força. Todavia, esse modelo de segregação não é mais o único em Fortaleza, superpondo-se a ele o modelo fractal (CALDEIRA, 2000), com a expansão de condomínios fechados. Entende-se que essas duas referências não se contrapõem, mas remetem a diferentes escalas de análise. Na escala metropolitana, permanece o padrão centro-periferia, com a concentração de investimentos públicos e privados em um setor da metrópole (sudeste), sendo central o papel do Estado. Na escala do eixo sudeste e de outras áreas de expansão imobiliária, a heterogeneidade de grupos sociais que poderia indicar a ausência de segregação, aponta para a emergência de um novo

padrão de segregação, o padrão fractal, sendo central o papel do circuito imobiliário formal.

4. Fragmentação socioespacial: um conceito em constituição

Outro conceito que é importante para a realidade em foco é o de “fragmentação”, cuja discussão é mais recente que o de segregação. Há diferentes formas de abordar a fragmentação, entre as quais se destacam: fragmentação do tecido sociopolítico-espacial (SOUZA, 2000); fragmentação espacial (SALGUEIRO, 1998); diversos tipos de fragmentação: físico-material, social e político-territorial (JANOSCHKA; GLASZE, 2003).

Souza (2000, p. 216-7) adota a fragmentação sociopolítico-espacial, tendo como primeiro plano a dimensão política, ou seja, a dimensão do poder. Assim, trata-se de fragmentação territorial, não dizendo respeito às fronteiras estatais, mas ao surgimento de poderes paralelos ao Estado, que territorializam vários pontos do espaço intra-urbano, desafiando o controle estatal. O autor cita as favelas e/ou os loteamentos nas periferias pobres das cidades, dominadas por grupos de traficantes que impõem regras de convivência aos outros moradores e aos estabelecimentos comerciais e de serviços. A outra ponta do espectro da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial refere-se à territorialização dos ricos, com regras previamente determinadas e mesmo legitimadas perante o Estado, o que Souza (2000) chama de “escapismo das elites para as periferias das cidades”. Essa fragmentação se caracteriza pela dispersão das áreas residenciais das elites, em loteamentos fechados, condomínios horizontais e *shopping centers*, com rígidas regras de convivência e conduta.

Janoschka e Glasze (2003, p. 15) veem a fragmentação como consequência da difusão dos parcelamentos de solo fechados, enfocando o termo a partir de três níveis analíticos. O primeiro é o da *fragmentação físico-material*, segundo o qual há desintegração espacial do corpo urbano construído em unidades independentes, como as construções de áreas de acesso restrito em partes do tecido urbano, que impõem descontinuidades no tecido urbano. O segundo nível é o da *fragmentação social*, como consequência da fragmentação físico-material, que implica na supressão

de espaços públicos e organização da vida orientada “para dentro”, evitando o contato com as pessoas que se distinguem de seu estilo de vida, alimentando a ilusão “de viver junto e separado ao mesmo tempo”. O terceiro nível analítico é o da *fragmentação político-territorial*, como ocorre nas urbanizações fechadas que se estendem a uma superfície tão extensa que os serviços comunitários e os meios de transportes são prejudicados. Esse nível assemelha-se ao que Souza (2000) intitula de fragmentação sociopolítico-espacial, em que as regras do Estado são substituídas por outras paralelas, normatizando o território por interesses privados.

Salgueiro (1998) conceitua a fragmentação como organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca. Para a autora, a cidade fragmentada tem como característica o progresso dos transportes e das comunicações, e a presença de enclaves fechados.

Diante destas diferentes abordagens, há consenso de que esse é um processo recente na urbanização latino-americana. Nota-se a diferença entre as abordagens, que enfocam a esfera política (SOUZA), a cultural (SALGUEIRO) ou a físico-material (JANOSCHKA e GLASZE). Todavia, todos definem a fragmentação como rompimento e descontinuidade. Entende-se que a fragmentação também pode se dar em territórios contínuos, sem que haja a separação espacial, considerada uma *fragmentação funcional* sobre os usos da cidade, a negação ou a impossibilidade de uso dos diversos espaços da cidade.

O termo fragmentação é recente nos estudos urbanos, designando novas dinâmicas urbanas. Por outro lado, a segregação é um conceito amplamente utilizado, desde sua formulação pela Escola de Chicago, na década de 1920. Para Souza (2008, p. 59), a fragmentação data da virada da década de 1970 para 1980, sendo uma ideia da cidade como “unidade na diversidade”:

Fragmentação tem a ver, obviamente, com fragmentos. E fragmentos são partes, frações de um todo que ou não se conectam mais, ou quase não se conectam mais umas com as outras: podem ainda “tocar-se”, mas não muito mais que isso. Claro está, ou deveria estar, que se trata de muito mais que um processo de “diferenciação”. Menos óbvio é que se trata de algo que vai além, até mesmo, de um processo de “segregação” (SOUZA, 2008, p. 56).

Na esteira dos estudos geográficos sobre esse conceito em constituição, Zandonadi (2008), estudando o caso de Marília (cidade de porte médio em São Paulo), identificou no setor leste da cidade a ocorrência da fragmentação urbana em três formas: a *fragmentação físico-material*, seguindo a ideia de Janoschka e Glasze (2003); a *fragmentação do tecido sociopolítico-espacial*, seguindo os termos de Souza (2000; 2008); e a *fragmentação funcional*.

A fragmentação físico-material se expressa nos loteamentos fechados e os condomínios horizontais enquanto barreiras físicas no espaço das cidades, visando ao controle da circulação, desintegrando espacialmente a cidade, por meio da constituição de unidades independentes, tendo por base o acesso restrito a determinadas pessoas por meio do uso de sofisticados sistemas de segurança. Deste modo, tem-se a separação física da unidade em relação ao conjunto da cidade. Na metrópole Fortaleza, ainda que não haja os chamados “loteamentos em condomínio ou loteamentos fechados”, os condomínios horizontais (que ocupam uma quadra) fragmentam fisicamente o território dos bairros, desintegrando-os e alterando a apropriação do espaço pelos demais moradores, por exemplo, no aumento dos percursos pela necessidade de contornar os condomínios com os muros cegos.

A fragmentação do tecido sociopolítico-espacial se expressa no plano da dimensão política, pela substituição da administração pública em diversos aspectos da gestão de serviços coletivos e regras de convivência (habitar normatizado e vigiado), dando origem a poderes paralelos ao do Estado, territorializando-se ostensivamente em parcelas do espaço intra-urbano. Esse aspecto é mais restrito aos loteamentos em condomínio (ou loteamentos fechados), que, por sua extensão, acabam se tornando bairros fechados, como ocorre na reprodução do capital imobiliário em espaços da aglomeração metropolitana de Fortaleza (marcadamente no município metropolitano de Eusébio no eixo sudeste e, em menor escala, nos municípios de Maracanaú, Caucaia, Maranguape e Cascavel). Todavia, essa dimensão da fragmentação também ocorre em germe nos condomínios horizontais espalhados pelo município polo, em virtude do discurso da segurança e negação da cidade enquanto “lugar de reunião e encontro” (LEFEBVRE, 1999a). A fragmentação sociopolítica-espacial é realizada por meio de

legitimação do Estado, seja sob a forma de aprovação de condomínios horizontais de grandes dimensões, seja pela permissão de cercamento de áreas públicas por loteamentos fechados, ou com a legitimação das práticas (i)legais realizadas durante a implantação de diversos empreendimentos na metrópole.

A fragmentação funcional caracteriza-se pela expansão articulada da dispersão das áreas residenciais destinadas à população com níveis de rendimentos superiores (loteamentos fechados e condomínios horizontais), e a dispersão dos espaços de consumo, com mudanças na estrutura das cidades, alterando a antiga estrutura centro-periferia, pois, atualmente, além da periferia “pobre”, há também as periferias “ricas”. Outra alteração fundamental na estrutura é que a cidade deixa de ter uma área central única, surgindo novas áreas de concentração de atividades comerciais e de serviços, constituindo novas centralidades, acompanhando, sobretudo, as características das áreas residenciais próximas e o sistema viário da cidade. Essa dimensão da fragmentação se manifesta principalmente nos bairros do eixo sudeste de valorização imobiliária da metrópole Fortaleza, uma vez que estão encravados na centralidade metropolitana da Av. Washington Soares/CE 040, que se prolonga como via regional turística do polo leste do estado do Ceará (SANTOS, 2011).

5. Considerações Finais

Com esse texto buscou-se evidenciar que a propriedade privada da terra é o fundamento dos processos de especulação imobiliária e de segregação socioespacial que marcam a produção da cidade, sendo sua compreensão imprescindível para entender a questão da habitação, que, por sua vez, ajuda a compreender os padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas.

Concluindo as mediações teóricas esboçadas neste texto, aponta-se para a possibilidade de a fragmentação se articular e reforçar a segregação socioespacial nas metrópoles latino-americanas, como ocorre em Fortaleza. Ainda que a fragmentação sociopolítico-espacial (SOUZA, 2000; 2008) seja um processo mais visível e destacado nas metrópoles nacionais (São Paulo

e Rio de Janeiro), ela aparece em germe nas demais metrópoles brasileiras, especialmente no espectro dos condomínios fechados e normatizados, que fraturam o espaço urbano, permitindo que diferentes classes sociais estejam “juntas e separadas ao mesmo tempo”.

Destarte, defende-se que a dinâmica de fragmentação é típica do atual período da produção do espaço, mas não substitui a segregação, pois a diferenciação socioespacial permanece, entretanto ela vem sendo reforçada, acentuada, pela existência de barreiras físicas e/ou fronteiras simbólicas, por meio dos novos empreendimentos imobiliários residenciais fechados, bem como de equipamentos terciários fortemente privatizados e vigiados.

Pelo exposto, o processo real que comanda a estruturação das metrópoles latino-americanas é atravessado simultaneamente pela *segregação* (superpondo e misturando os padrões fractal e centro-periferia) e pela *fragmentação espacial* (nas dimensões físico-material, sociopolítico-espacial e funcional).

Notas

¹ Pesquisa em estágio de finalização com fins de doutoramento da autora.

² Segundo Botelho (2007), para Lefebvre, homogeneização é a repetição monótona de elementos no espaço que o estruturam: aeroportos, vias, rodovias, cidades verticais de concreto, cidades horizontais de casas unifamiliares etc., criando um consumo repetitivo no/do espaço que engendra um tédio permanente. A fragmentação relaciona-se com o espaço partido em espaços separados, segregado por funções específicas: trabalho, moradia, lazeres, transportes, produção, consumo. Além disso, trata-se de um espaço rigidamente quantificado, medido em metros quadrados, como em dinheiro, e em tempo de distância com relação às centralidades, sendo fatiado e entregue ao mercado em parcelas. Finalmente, os espaços fragmentados no homogêneo passam por hierarquização: espaços nobres e vulgares, espaços residenciais, espaços funcionais, guetos, conjuntos de alto padrão, áreas para os migrantes e para os autóctones, espaços das classes médias. Em resumo, a tríade delinea os contornos da segregação.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, jan./dez., 1994, p. 21-122.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania** em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades Brasileiras, seu controle ou o caos**, São Paulo: Nobel, 1989.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **(Re) Produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 123p.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1991.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Da Fortaleza à região metropolitana. In: COSTA, M.C. L.e DANTAS, E.W. C. (Org.) **Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

EUFRASIO, Mário A. **Estrutura urbana e Ecologia Humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)**. São Paulo: Editora 34, 1999.

FARRET, Ricardo L. Paradigmas da estruturação do espaço residencial intra-urbano. In: GONZÁLES, Suely Franco Netto et al. (Org.). **O espaço da cidade**. Contribuições à análise urbana. São Paulo: Projeto, 1985. p. 73-90.

HARVEY, David. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

JANOSCHKA, M.; GLASZE, G. Urbanizaciones cerradas: um modelo analítico. In: **CIUDADES** 59, Red Nacional de Investigación urbana, Puebla. México, jul.-set. 2003.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999a.

_____. **A cidade do capital**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999b.

_____. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1972].

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEIOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LUCO, Camilo Arriagada; VIGNOLI, Jorge Rodríguez. **Segregación residencial en áreas metropolitanas de América Latina: magnitud, características, evolución e implicaciones de política**. Santiago del Chile: CEPAL, n. 47, out. 2003. (Série Población y Desarrollo).

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul. 2004.

PEQUENO, Luis Renato Bezerra. **Desenvolvimento e degradação do espaço intra-urbano de Fortaleza**, Tese de Doutorado apresentada à FAUUSP, São Paulo, 2002.

PEQUENO, Luis Renato Bezerra; MOLINA, Arthur. Análise socio-ocupacional da estrutura intra-urbana da Região Metropolitana de Fortaleza. In PEQUENO, Luis Renato Bezerra (Org.). **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2009.

PRÉTECEILLE, Edmond. A Construção Social da Segregação Urbana: convergências e divergências. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 11-23, jan./jul. 2004.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização**. Relatório de pesquisa. Observatório das metrópoles INCT/CNPq/CAPES/FAPERJ. Rio de Janeiro, 2012.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A dinâmica ambiental e a Geografia Urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; MELLO E SILVA, Sylvio Bandeira de. (Org.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999.

_____. **Na procura do lugar o encontro da identidade**: Um estudo do Processo de Ocupação de Terras: Osasco. 1988. 333f. Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Incorporação da metrópole**: centralização do capital no imobiliário e nova produção de espaço em Fortaleza. Tese (Universidade Estadual de São Paulo), São Paulo, 2012.

SABATINI, Francisco; CÁCERES, Gonzalo; CERDA, Jorge. Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: Tendencias de las tres últimas

décadas y posibles cursos de acción. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, 2004.

SABATINI, Francisco; SIERRALTA, Carlos. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006.

SALGUEIRO, T. B. Cidade Pós-moderna: espaço fragmentado. **Território**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, jan.-jun. 1998.

SANTOS, Elizete de Oliveira. Articulações entre Estado e grandes proprietários fundiários na constituição do eixo sudeste de valorização imobiliária em Fortaleza-CE. **Revista GEOMAE - Geografia, Meio Ambiente e Ensino**. v. 02, n. 02, 2º SEM/2011, p.13-40. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/view/159>. Acesso em: 03 jan.2012.

_____. Propriedade privada da terra e expansão urbana: o caso da concentração fundiária na implantação de loteamentos em Fortaleza (1930-2000). **Revista Ateliê Geográfico**. v. 06, n. 04, dez./2012, p. 61-87. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/17026>. Acesso em: 03 jan.2012.

SILVA, José Borzacchiello da. Formação socioterritorial urbana. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa (Org.). **De cidade à metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 87-141.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003.

_____. **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Maria Salete de. Análise da estrutura urbana. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa (Org.). **De cidade à metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p.13-86.

SPOSITO, Maria E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

TOPALOV, Christian. **La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis**. México: Editorial Edicol, 1979.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. **Segregación residencial socioeconómica: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué está pasando?, ¿importa?** Santiago: CEPAL, n. 16, agosto 2001. (Serie Población y Desarrollo).

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.

_____. **Efeitos do Espaço Sobre o Social na MetrÓpole Brasileira**. VII Encontro Nacional da ANPUR (1997). In: www.flavioillaca.arq.br. Acesso em: 15 fev. 2010.

ZANDONADI, Júlio César. **Novas Centralidades e Novos Habitats**: Caminhos para a Fragmentação Urbana em Marília (SP). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008.

Recebido em: 17/12/2012

Aceito em: 19/04/2013